

# **La repartición de los costos y la diversificación de los orígenes de los financiamentos de la enseñanza superior, en Portugal**

## **Introdução**

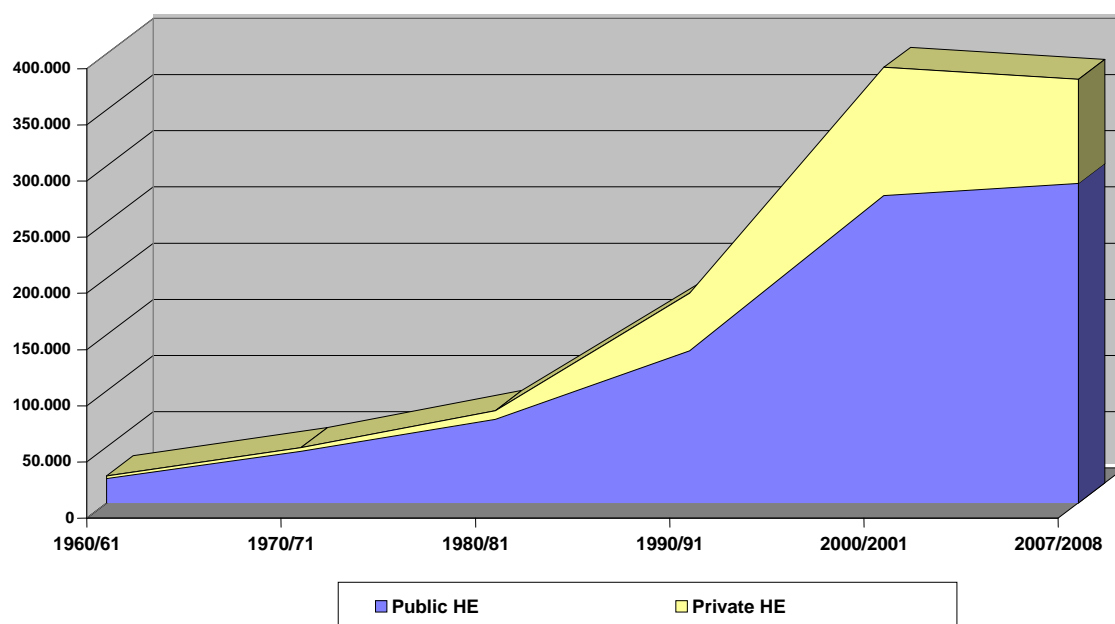
Neste artigo pretendemos responder a duas questões principais: Quais os custos de educação e de vida que os estudantes do ES em Portugal, têm que suportar? E Qual a situação destes estudantes no contexto internacional. Com a resposta a estas questões pretendemos evidenciar que, em Portugal, a acessibilidade e *affordability* (capacidade para pagar) dos estudantes do ensino superior dependem fortemente das políticas sociais concretizadas em bolsas, subsídios (de residência e de alimentação) e programas de empréstimos

O artigo é composto por 3 partes: a primeira mostra, brevemente a evolução do ensino superior em Portugal; a segunda apresenta um estudo empírico acerca dos custos do ensino superior a partir da análise dos resultados obtidos através da aplicação de um questionário a uma amostra representativa dos estudantes do ensino superior, em Portugal, em 2004/2005; na terceira comparamos esses resultados com os resultados homólogos no contexto internacional, usando a metodologia e dados do *Global HE Rankings, Affordability in Comparative Perspective Survey* (Usher & Cervenán, 2005).

## **1. Evolução recente do Ensino Superior**

Portugal conheceu um crescimento explosivo do número de estudantes do ensino superior, passando de cerca de 24000 no ano 1960/61 para os quase 400000 em 2007/2008. Tendo em atenção que, até 1986, a oferta de ES era, fundamentalmente, pública, não espanta que a oferta privada só comece a ganhar expressão após essa data.

Figura 1 – Evolução do número de estudantes matriculados no ensino superior, por tipo de instituição



Fonte: De 1960/61 to 70 /11 in A situação Social em Portugal, 1960-1995, org. António Barreto 1980/81, 1990/91 and 2000/2001 – Direcção Geral do Ensino Superior – DSAT; 2006/2007 – GPEARI-OCES/DSEI

Esta explosão do ES público foi acompanhada pelo aumento da oferta educativa o que exigiu um esforço orçamental da parte do governo, seja no recrutamento de professores, seja no plano de construção e de equipamentos ou no orçamento das instituições. Por exemplo, o plano de construção e de equipamento levado a cabo por todo o país saldouse num investimento, entre 1998 e 2006 na ordem de 1.8 biliões€ a preços correntes.

Esta pressão sobre o orçamento de estado surge a justificar a implementação de uma propina no ensino público com a Lei 20/1992 (por um governo de centro direita mas continuada pelos futuros governos socialistas), situação associada à política de cost-sharing (Johnstone (2004)). Deste modo, os estudantes passam a pagar uma propina anualmente actualizada que, que não podendo exceder o valor da propina em 1941 actualizada, em cada ano, pela aplicação do índice de preços do consumidor, passou dos 6.5€ano, em 1992, aos actuais cerca de 1000€ano.

Simultaneamente, o sistema de apoio social aos estudantes do ES, que compreende bolsas e diversos subsídios directos (de habitação, transporte e de emergência) e indirectos (residência, cantinas, assistência médica) cresceu, garantindo a um bom número de estudantes capacidade para permanecerem no ensino. O quadro 1 testemunha essa realidade.

Quadro 1: Evolução do nº estudantes, nº de candidatos a bolsa e nº de bolseiros

	Nº estudantes (1)	Nº candidatas a bolsa (2)	2/1x100	Nº bolseiros (3)	3/2x100
1988/99	327643	74872	15	50436	67
2006/07	312240	87443	21	66968	76

Source: DGESup – Student Support Fund/ Student Support Fund Service Office

## 2. Custos de educação e de vida dos estudantes portugueses do ensino superior

Com o objectivo de conhecer as despesas dos estudantes portugueses com a educação, foi aplicado um questionário, entre Maio e Junho de 2005, a uma amostra representativa dos estudantes do ensino superior, num total de 1040 questionários. Era uma amostra estratificada em função das variáveis: tipo de ensino (superior e politécnico) e de instituição (pública e privada), seguindo uma metodologia semelhante à já utilizada por Belmiro Gil Cabrito, em 1995, a uma amostra representativa dos estudantes universitários portugueses, num total de 2026 estudantes.

.Seguindo Johnstone (1986), foi-lhes pedido indicarem as suas despesas anuais:

- despesas de vida e correntes (alojamento, alimentação, telefone, médicas, transportes e despesas pessoais como vestuário, calçado, higiene, lazer, etc.);
- despesas de educação (propinas, matriculas, livros e material didáctico, equipamento, viagens de estudo).

Do questionário foi possível retirar a informação apresentada no quadro abaixo:

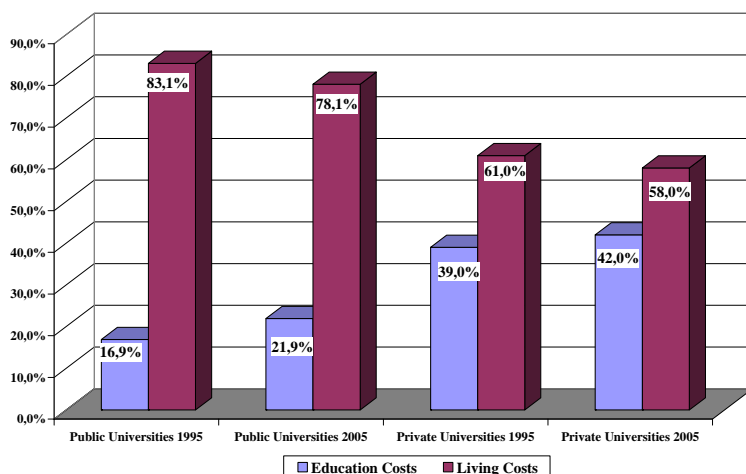
Quadro 2 – Despesas totais médias anuais dos estudantes do ES (de vida e de educação)

Ens. Público	5310.1 €
Ens. Privado	8127.9 €
Total	6127.2 €

Fonte: Cerdeira, 2008.

Os valores calculados mostram que a situação dos estudantes piorou, no período para que se conhecem dados nacionais (1995 e 2005). Observe-se a figura 2:

Figura 2: Comparação entre os custos de vida e os custos de educação em 1995 e 2005



Fonte: Cabrito (2002); Cerdeira (2008)

A comparação dos dados obtidos com ambos os questionários mostra que no período 1994/95-2004/05 houve um aumento nominal de 37% dos custos dos estudantes universitários públicos e de 31% nos privados, com um aumento significativo no valor da propina nos estabelecimentos públicos (um aumento de 452%).

### 3. Comparação das despesas dos estudantes portugueses do ensino superior com os resultados do *Global HE Ranking Survey*

Em primeiro lugar concretizemos os conceitos de *affordability* e de acessibilidade. O primeiro refere-se à capacidade para pagar educação (Hill *et al.*; 2003; Usher *et al.*, 2005) enquanto que o segundo refere-se especificamente à capacidade para que as pessoas de qualquer background para obter a educação que deseja e está muito ligado às questões da igualdade de oportunidades, da equidade e da estratificação social (Usher & Steele, 2006).

Muitos estudos sobre a *affordability* e sobre a acessibilidade utilizam o PIB como o indicador possível, dada a dificuldade em encontrar informação sobre rendimentos individuais ou das famílias. Assim aconteceu no *HE Rankings, Affordability and Accessibility in Comparative Perspective*, conduzido no quadro do *Educational Policy Institute* by Usher & Cervenán (2005), acerca de 15 países.

Assim, determinámos a relação existente entre as despesas que os estudantes realizam com a sua educação com o PIB e o PIB *per capita*, no sentido de podermos comparar esses valores com os determinados por Usher & Cervenán, em 2005. Observe-se o quadro 3:

Quadro 3 – Acessibilidade dos estudantes portugueses: custos *versus* PIB *per capita*, em 2005

		Valor€	% PIB
PIB <i>per capita</i> 2005	(1)	16.891	
Custos de educação 2005	(2)	1.841	11
Custos de vida 2005	(3)	2.880	17
Custos totais 2005	(4)=(2)+(3)	4.721	28
Bolsas por estudante 2004/2005 (a)	(5)	266	
Custo líquido	(6)=(4)+(5)	4.455	26
Deduções Impostos (b)	(7)	600	
Custo líquido depois de deduções 2005	(8)=(6)+(7)	3.856	23
Empréstimos por aluno 2005	(9)	0	
Despesas totais 2005 ( <i>out of pocket</i> ) 2005	(10)=(4)-(5)-(9)	4.455	26
Despesas totais depois das deduções fiscais 2005	(11)=(10)-(7)	3.856	23

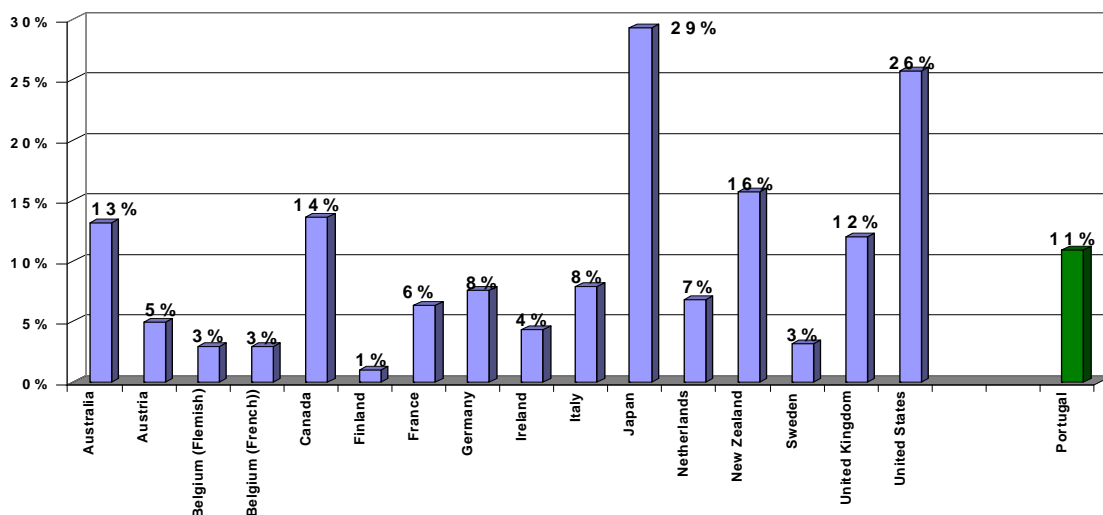
Fonte: Cerdeira, 2008.

(a) Valor obtido tendo em atenção o valor de 101 341 636€ inscrito no OE de 2005, para apoios aos estudantes e o número total de estudantes inscritos no sistema, 380 937, em 2004/2005

(b) No ano de 2005, o governo fixou em 599.52€ as deduções familiares por cada filho a estudar.

Dê-se atenção às figuras seguintes, que compara a situação dos estudantes portugueses do ES com a dos estudantes referenciados em Usher & Cervenán (2005)..

Figura 3 – Comparação entre custos de educação e PIB *per capita*



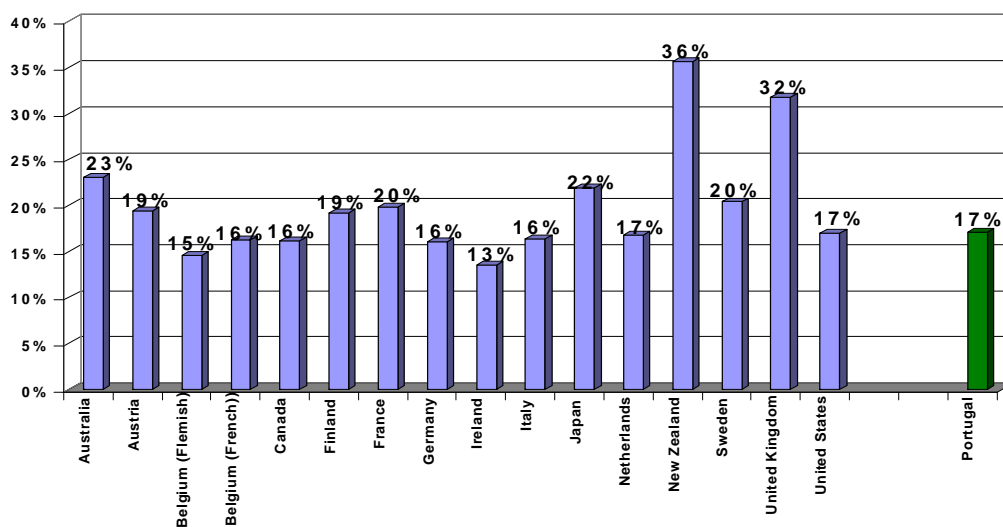
Source: Usher & Cervenán (2005) – *Global HE Rankings*, (OCDE, 2003 PPP)  
Portugal – Cerdeira L, (2008)

A análise do quadro mostra que a posição dos estudantes portugueses só não é pior que a situação do modelo escolar anglo-saxónico Reino Unido (12%), Austrália (13%),

Canadá (14%), mas muito pior que os países do modelo europeu continental, como Áustria (5%), Bélgica (3%), França (6%), Irlanda (4%), Suécia (3%).

No que respeita ao custo de vida, o quadro abaixo mostra que a situação portuguesa encontra-se muito próxima da generalidade dos países em análise (só o Reino Unido e a Nova Zelândia apresentam valores superiores).

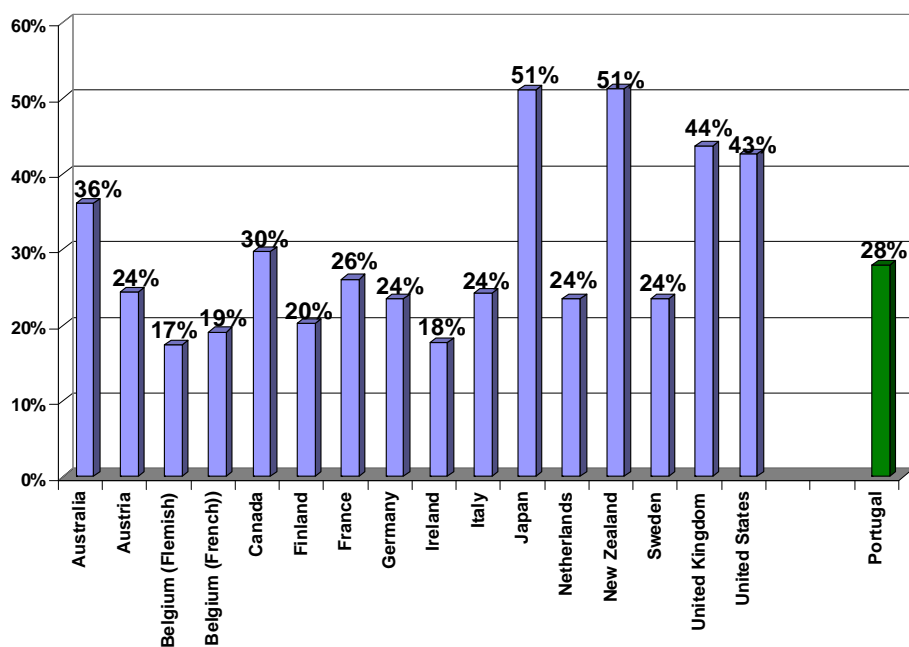
Figura 4 – Comparação entre os custos de vida dos estudantes do ES e o PIB *per capita*



Source: Usher & Cervenak (2005) – *Global HE Rankings*, (OCDE, 2003 PPP)  
Portugal - Cerdeira L, (2008)

Em termos globais, o custo anual total dos estudantes portugueses representa 28% do PIB *per capita*, só ultrapassado, no caso europeu, pelo Reino Unido.

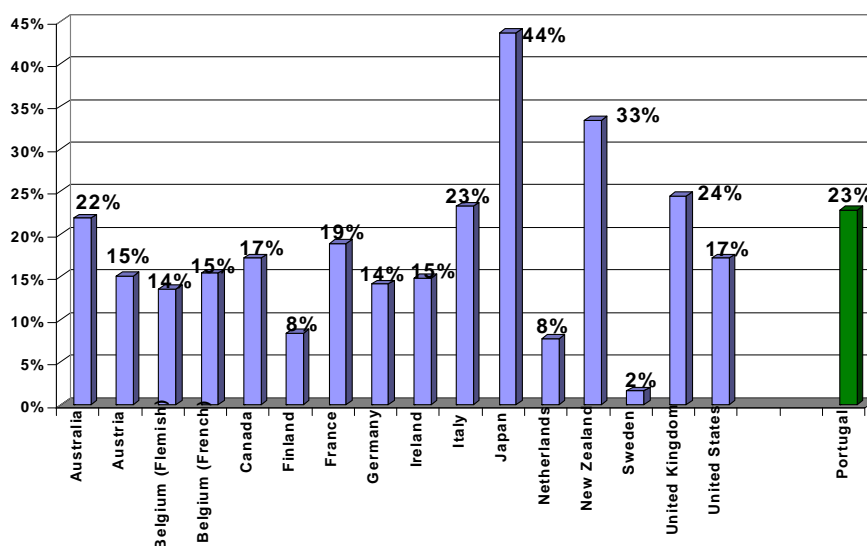
Figura 5 – Comparação entre os custos totais dos estudantes do ES e o PIB *per capita*



Source: Usher & Cervenán (2005) – *Global HE Rankings*, (OCDE, 2003 PPP)  
 Portugal - Cerdeira L, (2008)

Se dermos atenção às despesas totais das famílias depois de deduzidos todos os subsídios e bolsas recebidos, podemos ver que a situação portuguesa continua, pelo menos no quadro europeu, a ser a mais pesada para os estudantes.

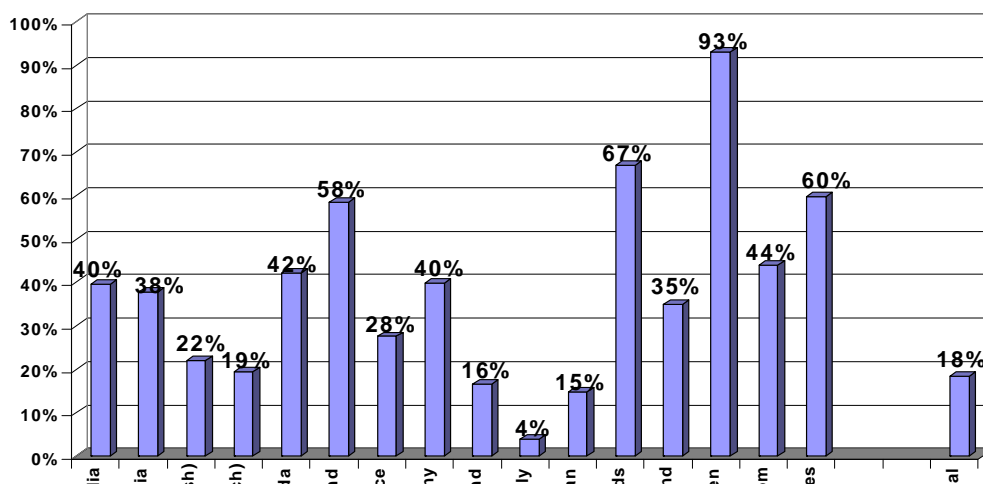
Figura 6 – Comparação entre os custos dos estudantes do ES depois das deduções fiscais e o PIB *per capita*



Source: Usher & Cervenán (2005) – *Global HE Rankings*, (OCDE, 2003 PPP)  
 Portugal – Cerdeira L, (2008)

Finalmente, se compararmos as despesas efectuadas pelos estudantes com o valor dos apoios atribuídos, veremos que a situação portuguesa continua a ser uma das menos favoráveis, nomeadamente quando se compara com os países nórdicos.

Figura 7 – Comparação entre os apoios aos estudantes e os custos de educação



Fonte: Usher e Cervenán (2005) – *Global HE Rankings*, (OCDE, 2003 PPP)  
Portugal – Cerdeira L, (2008)

## **Reflexões finais**

De entre os diversos indicadores calculados, apenas o relativo ao peso das despesas correntes relativamente ao PIB *per capita* (17%) é que apresenta valores muito próximos dos que se verificam nos restantes países em análise. Em todas as outras situações, a posição dos estudantes portugueses do ensino superior encontra-se muito aquém dos seus colegas.

A análise realizada mostra bem a situação pouco favorável de Portugal no que respeita ao grau de acessibilidade e de *affordability* dos estudantes portugueses do ensino superior, quando comparados com os seus colegas da generalidade dos países europeus. Indubitavelmente, comparada com a situação evidenciada por Usher & Cervenán (2005) em *Global HE Ranking Survey*, a situação dos estudantes portugueses é a que menos configura uma situação justa no acesso e capacidade de permanência dos estudantes no ensino superior.

## **Referências**

Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior: Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*, Lisboa: Educa.

Cerdeira, L. (2008). O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de custos, *Dissertação de Doutoramento*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Hill, C., Winston, G. & Boyd, S. (2003). *Affordability: Family Incomes and Net Prices at Highly Selective Private Colleges and Universities*, William College. Retirado da internet em Outubro, em: <http://www.williams.edu/wpehe/DPs/DP-66r.pdf>.

Johnstone, D. B. (2004). “Cost-sharing and equity in HE: Implications of income contingent loans”, in P.N. Teixeira, B. Jongbloed, D. Dill, e A. Amaral (Eds.), *Markets in HE*, Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, pp. 37-60.

Johnstone, D.B. (1986). *Sharing the Costs of HE. Student Financial Assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State*. New York: College Board Publications.

Usher, A. e Cervenán, A. (2005). *Global HE Rankings, Affordability and Accessibility in Comparative Perspective*, Toronto: EPI, Educational Policy Institute.



Usher, A. e Steel, K. (2006). *Beyond the 49th Parallel II, the Affordability of University Education*. Toronto: EPI – Educational Policy Institute.